



Resolução CRM-PB nº 0187/2020

(Publicado do DOE em 08/05/2020 – Pág 32)

EMENTA: DISPÕE SOBRE ERGONOMIA
E BIOSSEGURANÇA DOS RECINTOS
DESTINADOS AOS REPOUSO DOS
PROFISSIONAIS MÉDICOS EM SEUS
LOCAIS DE ATIVIDADE.

O CONSELHO REGIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA, em uso das Atribuições que lhe confere a Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, com as alterações efetuadas pela Lei 11.204, de 05 de dezembro de 2005, Regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, com as alterações efetuadas pelo Decreto n.º 6.821, de 14 de abril de 2009

Considerando que a ergonomia tem como alguns de seus objetivos aumentar a satisfação e motivação no trabalho; adaptar o local e as condições de trabalho em relação às características do trabalhador; identificar, analisar e minimizar os riscos ocupacionais;

Considerando a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho número 17 (NR), que visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente;

Considerando a NR 32 que visa estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;

Considerando o Código de Ética Médica que em seus princípios fundamentais determina que para exercer a medicina com honra e dignidade, o médico necessita ter boas condições de trabalho e ser remunerado de forma justa;

Considerando que é atribuição do Conselho Regional de Medicina exigir e fiscalizar condições de trabalho adequadas para o exercício da medicina;

Considerando o parecer 02/2020 do CRM-BA em consonância com o parecer 166/2019 do CRM-

MG que versa sobre as competências do Diretor Técnico em fornecer os meios para o bom exercício

da medicina bem como se certificar das corretas instalações para alimentação e repouso intrajornada

das equipes;

Considerando o parecer 2/2017 do CRM-RR que versa sobre o descanso e horário para alimentação

do médico plantonista;

Considerando o lapso de legislação a respeito.

RESOLVE:

Artigo 1° - Determinar a obrigatoriedade da existência de repouso médico em instituições

hospitalares e similares onde houver regime de trabalho de plantão ou similar;

Artigo 2º - Estabelecer que é responsabilidade do Diretor Técnico e, quando de sua falta, do Diretor

Geral dos estabelecimentos de saúde, oferecer as condições determinadas por essa resolução e as

normativas do Ministério do Trabalho aqui apontadas.

Artigo 3º - Definir as seguintes características como condições físicas mínimas para os ambientes

de repouso médico:

a) número mínimo de dois ambientes quando houver plantonistas de sexos diferentes.

b) dimensão adequada ao número de pessoas que irão utilizar simultaneamente o local,

garantindo espaçamento mínimo de um metro entre as camas, possuir porta com

fechadura que possibilite a segurança e integridade do pessoal. Deverão ser dotados de

ramal telefônico ou similar que possibilite o contato com todas as dependências do local.

c) Os repousos poderão ser constituídos de camas ou beliches desde que sejam observadas,

quando existentes, as necessidades dos médicos com dificuldade de locomoção ou

mobilidade;

d) Armários dotados de chave, ou segredo ou local para colocação de cadeado na

quantidade suficiente para que cada plantonista possua o seu, com tamanho suficiente

para o acondicionamento de seus pertences pessoais;

e) Os colchões e travesseiros que equiparão as camas/beliches deverão ser envolvidos por

material impermeável, sem rasgos ou danos ao material de cobertura, e deverão ser

higienizados, no mínimo, a cada troca de plantão;





Artigo 4º - Determinar as características em relação à iluminação, ruído, temperatura e umidade:

a) A iluminação geral ou suplementar deve ser projetada e instalada de forma a evitar

ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivo e preferencialmente

ser dotada do sistema dimmer para controle de intensidade de luz;

b) Para efeito de conforto do ambiente durante todo dia o nível máximo de ruído será de até

55 dB;

c) índice de temperatura efetiva entre 20°C (vinte) e 23°C (vinte e três graus centígrados),

mantidos por condicionadores de ar com a devida manutenção em dia, comprovada por

contrato vigente para tal e os devidos recibos das visitas realizadas;

d) umidade relativa do ar não inferior a 40 % (quarenta por cento);

Artigo 5° - Fixar os cuidados com higiene e saúde do médico:

a) Os kits de roupa de cama e banho deverão ser substituídos ao final de cada plantão sendo

os mesmos individuais e na quantidade mínima de 1 (um) para cada médico;

b) A limpeza e higienização deverá respeitar a rotina de cada instituição, entretanto não

poderá ser inferior a 1 (uma) vez a cada 12 horas de funcionamento;

c) O plano de controle de pragas (ratos, baratas, escorpiões e outros insetos) deverá

respeitar os prazos estabelecidos em lei excetuando-se as situações onde a presença de

tais animais obriguem a realização de reforços ou novas medidas, devendo o gestor ter

em sua posse os comprovantes da sua realização assim como afixar em local visível

dentro do recinto:

d) A pintura/manutenção das paredes e do repouso far-se-á necessária anualmente ou toda

vez que observada a presença de desgastes, naturais ou não, presença de fungos ou sujeira

nas mesmas, dando-se preferência (por ser ambiente hospitalar ou similar) a tintas com

odor pouco ativo e possuidoras de propriedades fungicidas e bactericidas;

e) Cada recinto deverá ter banheiro privativo com no mínimo 01 (uma) bacia sanitária com

ducha higiênica, 01 (uma) pia com torneira, 01 (um) chuveiro dotado da opção de água

quente e 01 (um) box, preferencialmente de vidro temperado ou vidro laminado com

película de segurança;

Parágrafo único: os banheiros estarão sujeitos às mesmas regras de higienização do

quarto/repouso, devendo ser limpos ao menos uma vez no período de 12 horas.





Artigo 6° - Determinar que as instituições de saúde se adequem à essa resolução o mais precocemente possível com o prazo máximo de 180 dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 7º - Estabelecer que em situações específicas de endemias/pandemias haverá necessidade de cumprimento das determinações específicas dos órgãos de saúde e controle sanitário-epidemiológico.

Artigo 8º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 29 de abril de 2020.

Roberto Magliano de Morais Presidente - CRM/PB

Álvaro Vitorino de Pontes Junior Tesoureiro - CRM/PB